



## ELEIÇÕES

# PL tenso com baixa aprovação de Bolsonaro

Líderes do partido têm aconselhado o presidente a deixar embates de lado e focar mais na economia na busca pela reeleição

» INGRID SOARES  
» CRISTIANE NOBERTO

Depois de trabalhar pela filiação do presidente Jair Bolsonaro, o PL está preocupado com a queda de popularidade que o chefe do Executivo vem enfrentando. A sigla encomendou uma pesquisa para avaliar a opinião do eleitorado sobre a gestão de Bolsonaro, e o resultado veio abaixo da expectativa.

Para completar, a pesquisa divulgada ontem pela XP/Ipespe mostrou que o chefe do Executivo desponta com 64% de desaprovação, a maior desde o início de seu mandato. Na intenção de votos, ele aparece com 24%, bem atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que continua na liderança absoluta, com 44%.

Líderes do PL têm aconselhado o presidente a deixar de lado o negacionismo em relação à pandemia, em especial, o posicionamento contrário à vacinação infantil contra a covid-19, e focar no crescimento da economia.

Em caráter reservado, integrantes do Centrão — bloco de sustentação do Executivo, do qual o PL faz parte — criticam a postura de Bolsonaro. De acordo com um deputado ouvido pela reportagem, “da forma como o presidente está conduzindo o país, em especial com relação à economia e à pandemia, não está certo”. O parlamentar destacou que há brigas internas, e, a cada dia, cai mais um aliado. “A maioria dos parlamentares não concorda (com as atitudes do chefe do Executivo). Eu mesmo não posso concordar. A vacinação, por exemplo, é o que está salvando vidas”, afirmou.

Dentro do PL, o clima ainda é confortável para Bolsonaro. Porém há resistência por parte de alguns integrantes. Uma pesquisa interna, ocorrida no fim do ano passado, mostrou que ao menos 10% dos filiados com mandato não aprovam o apoio ao presidente.

O deputado Lincoln Portela

(MG) afirmou que a pesquisa “informal” teve como objetivo consultar os filiados sobre a entrada de Bolsonaro na legenda. De acordo com o parlamentar, os levantamentos ocorrem com frequência e são “uma forma de prezar pela democracia”. “Apesar de algumas pessoas não entenderem bem, o Partido Liberal é extremamente democrático. Consultamos as lideranças estaduais, líderes, presidente e vice-presidente. Uma consulta informal acontece”, frisou.

O parlamentar lembrou que, antes de o chefe do Executivo entrar no partido, foi feita uma consulta com os líderes e filiados, que escolheram dar poderes totais ao presidente da legenda, Valdemar da Costa Neto, para decidir sobre os termos da aliança com Bolsonaro. Ele admitiu, no entanto, haver, sim, dissidentes. “É natural que, em um partido que tenha quatro senadores, como tínhamos; 44 parlamentares, e venha um presidente da República para o partido, com as características peculiares de Bolsonaro, digamos que isso causa, em alguns estados, um certo desconforto. Há 10% de pessoas que são contra, por questões pessoais ou locais.”

O deputado Capitão Augusto (PL) também sustentou que a maioria está com Bolsonaro. “Jamais existiria unanimidade. Mas isso aconteceria em qualquer partido que ele fosse. Numa legenda pequena, talvez não teria tanto impacto, como o PSL, que era pequeno quando o elegeu em 2018”, declarou.

O parlamentar defendeu que “está cedo” para pavimentar caminho em cima de pesquisas que “não têm credibilidade”. “Já sabemos que são contaminadas e tendem a inflacionar os números para os candidatos à esquerda”, criticou. “Não é uma coisa que nos preocupa. O que a gente nota é o dia a dia na rua, a popularidade cada vez aumentando mais, um presidente campeão absoluto nas redes sociais”, alegou.

### Missa de 7º dia e mensagem do papa

Sergio Lima / AFP



O presidente Jair Bolsonaro esteve, ontem, na Catedral Militar Rainha da Paz, em Brasília, onde participou da missa de sétimo dia da morte da mãe, Olinda Bolsonaro. A cerimônia contou com a leitura de uma carta do papa Francisco endereçada ao chefe do Executivo. O texto foi lido pelo monsenhor Joseph Antony Puthenpurayil, representante do núncio apostólico. Na mensagem, o papa dirige-se diretamente a Bolsonaro e manifesta sua solidariedade ao presidente. “Com pesar, acabo de receber a notícia da morte de sua venerada mãe, que deixou belo testemunho cristão tanto no desempenho de sua missão familiar como na colaboração prestada à vida eclesial”, afirmou o líder da Igreja Católica, em nota. “Apresento a vossa excelência e à família enlutada minhas sentidas condolências e o conforto do Altíssimo, enquanto imploro ao senhor pela alma de sua serva”, acrescentou o papa.

### » Orçamento: “culpa” do Congresso

O presidente Jair Bolsonaro culpou os parlamentares pelos vetos que fez na peça orçamentária. “O Parlamento fez um Orçamento além da previsão de receita, e eu sou obrigado a cortar”, declarou. A peça orçamentária sancionada cortou os investimentos ao menor nível da história, para R\$ 42,3 bilhões, e tirou verbas de pastas como Trabalho e Previdência e Educação. Por outro lado, manteve os R\$ 16,5 bilhões destinados ao chamado orçamento secreto e R\$ 4,9 bilhões ao fundo eleitoral.

## Presidente defende o Telegram

O presidente Jair Bolsonaro (PL) chamou de “absurdo” uma eventual suspensão do Telegram no país por falta de colaboração no combate a notícias falsas em ano eleitoral. “A gente está vendendo, é covardia o que estão tentando fazer com o Brasil”, protestou, ontem, em conversa com apoiadores na saída do Palácio da Alvorada.

Com mais de 1 milhão de inscritos, Bolsonaro é bastante assíduo na rede e compartilha diariamente vídeos e pronunciamentos. À frente dos adversários, ele se tornou o pré-candidato à Presidência da República mais influente da plataforma. Filhos do

chefe do Executivo também são usuários. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) tem 92 mil inscritos; o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), pouco mais de 69 mil; e o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), 52 mil.

Conforme mostrou o **Correio** nesta semana, a plataforma é paraíso das fake news e passou de um simples aplicativo de troca de mensagens para um dos principais vilões da Justiça brasileira. A disseminação de conteúdo falso, violento e, muitas vezes, criminoso, é rotina.

Há mais de um mês, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso,

tenta contato com representantes do Telegram, sem sucesso. O ministro avalia a possibilidade de banimento da plataforma e defende que o assunto tem de ser debatido, também, pelo Congresso.

Em 16 de dezembro, Barroso enviou um ofício a Pavel Durov, CEO do Telegram, por meio eletrônico, solicitando uma reunião para discutir possíveis meios de cooperação entre o aplicativo e a Corte no combate à desinformação. No documento, a Corte enfatizou que, por meio da plataforma, circulam teorias da conspiração e informações falsas sobre o sistema eleitoral. (IS)

## Intimado a depor hoje na PF

Diante da inação do presidente da República, Jair Bolsonaro, em definir o dia e o horário em que gostaria de depor à Polícia Federal (PF) sobre o vazamento de dados sigilosos da instituição, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o chefe do Executivo compareça às 14h de hoje, à sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal para prestar esclarecimentos.

Antes de ser intimado a depor, Bolsonaro teve 15 dias, depois prorrogados para 60, para ajustar com as autoridades policiais os moldes em que ocorreria a oitiva e informar o Supremo. “Não tendo o presidente da República indicado local, dia e horário para a realização de seu interrogatório no prazo fixado de 60 (sessenta) dias, determino sua intimação”, escreveu Moraes em despacho. O prazo se encerra hoje.

A decisão do ministro veio acompanhada do levantamento do sigilo dos autos do processo, o que torna público todos os volumes reunidos em pouco mais de cinco meses de investigação.



**Não tendo o presidente da República indicado local, dia e horário para a realização de seu interrogatório no prazo fixado de 60 (sessenta) dias, determino sua intimação”**

**Trecho da decisão do ministro Alexandre de Moraes**

O inquérito contra Bolsonaro foi instaurado em agosto do ano passado, logo após o presidente divulgar nas redes sociais informações sigilosas de investigação da PF sobre denúncias de invasão ao sistema interno do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) 10 dias após o segundo turno da eleição de 2018.

Ao abrir o inquérito, Moraes

atendeu ao pedido do TSE, que apontou a possibilidade de o presidente ter cometido crimes previstos no artigo 153 do Código Penal, que proíbe a divulgação, sem justa causa, de informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da administração pública.

### Penalidade

A pena prevista é de um a quatro anos de prisão. A decisão do ministro, porém, foi tomada de ofício, ou seja, sem que o procurador-geral da República, Augusto Aras, se manifestasse previamente sobre a pertinência da investigação.

Nos atos bolsonaristas de 7 de setembro de 2021, Bolsonaro chegou a dizer que não mais cumpriria decisões do ministro Alexandre de Moraes. Diante da ameaça de abertura de processo de impeachment, recuou. Descumprir decisão judicial pode ser enquadrado como crime de responsabilidade, como chegou a alertar à época o próprio presidente do STF, Luiz Fux.

## Ferramenta no WhatsApp

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, debateu, ontem, com o chefe do WhatsApp, Will Cathcart, medidas para evitar disparos em massa durante as eleições deste ano. O encontro, de forma on-line, deu início à discussão sobre o desenvolvimento do assistente virtual (chatbot), oficial da Corte, no aplicativo de mensagens.

Segundo o TSE, o objetivo é facilitar o rastreamento dos disparos ilícitos. A proposta “auxiliará a instituição na comunicação com os eleitores, além de facilitar o acesso a serviços da Justiça Eleitoral, como consulta ao local de votação e acesso a informações sobre candidatas”. Além disso, ficará disponível aos usuários um canal de denúncias para apontar contas de WhatsApp suspeitas de realizar disparos em massa.

De acordo com Barroso, a parceria visa “minimizar a desinformação e os ataques antidemocráticos”. Ele frisou que é preciso ter regras transparentes. “Embora algum grau de regulação estatal seja inevitável, o modelo ideal

Crédito: Reprodução/Video



**Barroso: objetivo de conter disseminação de fake news**

deve partir de medidas concretas e políticas das próprias plataformas. Isso pode ser feito mediante regras claras e transparentes nos seus termos de uso e serviços, como também por meio de parcerias com os órgãos públicos, quando necessário”, disse, após a reunião. “O acordo do WhatsApp com o TSE visa justamente proteger a democracia contra comportamentos inautênticos, mas sem restrição indevida ao debate público e à liberdade de expressão.”

Nas eleições de 2018, o WhatsApp foi usado amplamente para a disseminação de fake news. A chapa formada pelo então presidente Jair Bolsonaro e pelo vice Hamilton Mourão foi denunciada ao TSE por lançar mão do recurso. No julgamento do caso, em outubro do ano passado, a Corte formou maioria para a absolvição da dupla, mas avisou que a prática não seria tolerada no pleito deste ano. (CN)